# SIND VALORES

Sindicato dos Empregados no Transporte de Valores, nas Bases de Valores e Similares do Distrito Federal

CUT

Ano: X Número: 143
Junho/2019


# Vai começar a nossa Campanha Salarial 2019/2020 e vamos precisar de fé, coragem e luta.

Esta não será uma das e sim a mais difícil Campanha Salarial de toda a história deste sindicato e da categoria. Certamente estaremos preparados para os embates e para cobrar o atendimento às nossas reivindicações e, embora o cenário seja de economia descendo a ladeira, não deixaremos de lutar pelo que consideramos justo.

Também é fundamental que a bolha comece a ser estourada e todos os trabalhadores comecem a enxergar a realidade tal qual ela é, sem fake news nos grupos de watshapp e outras redes sociais.

A realidade é esta, pura e simples: Desde que Temer assumiu o governo, depois de um golpe de estado, começaram as demissões no transporte de valores com agências bancárias sendo fechadas e a drástica redução de postos de serviço. Ainda teve a reforma trabalhista para tirar direitos e destruir os sindicatos e suas lutas.

Depois teve a eleição de Bolsonaro que, até o presente momento, não apresentou uma única medida que gere emprego e renda para os milhões de desempregados e mandou demitir centenas de vigilantes de transporte de valores que foram engrossar a fila que já supera os 13 milhões de desempregados, sem falar nos outros 13 milhões que estão na informalidade.

A proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro é uma das maiores aberrações contra os trabalhadores brasileiros e está na hora de muitos empregados enxergarem a reforma como uma necessidade, pois senão o Brasil quebra. Ora, quem vai quebrar somos nós que ficaremos sem aposentadoria especial e quando chegar a hora de aposentar, receber muito menos do que possamos imaginar. E ainda tem a tal da capitalização que levará os idosos à completa miséria. Vamos ouvir os especialistas que defendem a classe trabalhadora e parar de dar ouvidos para o governo e meios de comunicação, pois todos eles têm interesses escusos por trás dessa maldita reforma da Previdência.

Conscientes, organizados, mobilizados e bem informados, iremos à luta com muita garra e determinação em busca de mais uma vitória em nossa Campanha Salarial.




## Assembleia Geral Extraordinária

**Dia: 23/06/2019 – domingo**

**Horário: às 09h em 1ª Convocação ou às 09h30 em 2ª convocação**

**Local: Auditório da CUT-DF (SDS Ed. Venâncio V – Subsolo – CONIC)**

**Pauta: Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2019/2020 e demais pontos conforme edital ao lado.**

SINDVALORES

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO TRANSPORTE DE VALORES, NAS BASES DE VALORES E SIMILARES DO DISTRITO FEDERAL
FILIADO À CUT

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital o Presidente do Sindicato, no uso de suas atribuições estatutárias e legais convoca todos os empregados no transporte de valores, nas bases de valores e similares ,abrangidos pela representatividade contida no Estatuto da Entidade no âmbito do Distrito Federal, para participarem de uma Assembléia Geral extraordinária, que será realizada dia 23/06/2019 (domingo), ás 9:00hs em primeira convocação, com quorum legal de presentes, ou ás 09:30hs em Segunda convocação, com qualquer número de presentes, no auditório da Central única dos Trabalhadores- CUT situada no Edifício Venâncio V lojas 04,14 e 20 subsolo SDS- Brasília-DF, com a finalidade de deliberarem a seguinte ordem do dia:

**A) – DISCURSSÃO E APROVAÇÃO DA PAUTA DE REIVINDICAÇÃO; QUE DEVERÁ SE CONSTITUIR NA PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO PARA O PERÍODO 2019/2020, A SER ENCAMINHADA AO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA;**

**B) – AUTORIZAÇÃO PARA DIRETORIA DO SINDICATO, NEGOCIAR FIRMAR ACORDO COLETIVO DE TRABALHO JUNTO A JUSTIÇA DO TRABALHO; CONVENÇÃO COLETIVA OU AJUIZAR DISSÍDIO COLETIVO;**

**C) – DECIDIR SOBRE A NECESSIDADE E CONVENIENCIA DE INSTITUIR TAXA ASSISTENCIAL PARA O CUSTEIO DAS ENTIDADES;**

**D) – DECIDIR SOBRE A NECESSIDADE E CONVENIENCIA DE INSTITUIR CONTRIBUIÇÃO SINDICAL;**

**E) – ESCOLHA DOS ASSOCIADOS QUE IRÃO COMPOR A COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO;**

**F) – ASSUNTOS GERAIS PERTINENTES Á CAMAPANHA SALARIAL.**

Brasília-DF, 10 de junho de 2019

**Carlos José das Neves**
Presidente

# CENÁRIO DE CRISE: Informalidade no trabalho faz Brasil perder R$ 382 bilhões em arrecadação

Montante equivale a 5,6% do PIB. Dieese critica que o governo, sabendo das razões do avanço desse tipo de ocupação, insiste em "reforma" da Previdência que retira mais direitos dos trabalhadores e prejudica contribuições

Com Estado deixando de arrecadar com a informalidade, contribuições na Previdência são puxadas para baixo, o que demanda crescimento econômico

São Paulo – O Brasil deixou de arrecadar, em 2018, cerca de R$ 382 bilhões em tributos devido à economia informal, o equivalente a 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com levantamento realizado pela economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Os dados mostram que a perda de arrecadação com a informalidade avançou, em relação a 2017, em decorrência da grave recessão e da lenta recuperação da economia, em que crescem apenas postos de trabalho sem proteção legal, ou seja, informais.

Só no início deste ano, o IBGE apontou um recorde de 11,2 milhões de empregados sem carteira assinada, outros 23,3 milhões autônomos e 6,2 milhões de trabalhadores domésticos, sendo que menos de um terço com carteira assinada.

Em entrevista à jornalista Marilu Cabañas, da Rádio Brasil Atual, o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, explica que o aumento no número de postos de trabalho informais tem uma repercussão negativa sobre o governo federal, estadual e municipal, que deixam de arrecadar com a falta de registros das empresas, além de causar impactos também na Previdência Social, que perde em contribuições. Segundo Clemente, com uma política mais voltada ao crescimento econômico e à formalização trabalhista, o governo não teria dificuldade em financiar o regime previdenciário.

"O governo olhando para esse problema, ao invés de retomar o crescimento e recuperar a receita da Previdência, faz um projeto para arrochar direitos dos trabalhadores, cortando benefícios, tirando a proteção previdenciária especialmente daqueles que têm os menores rendimentos", critica em referência à "reforma" da Previdência que tramita no Congresso e que, de acordo com o diretor técnico, deve agravar ainda mais esse cenário de perdas econômicas no Brasil.




Fonte: RBA

# Brasil de novo na 'lista suja' sobre violação de direitos trabalhistas. Lei 'desumana', dizem centrais

O Brasil voltou a ser incluído na chamada "lista suja" da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que inclui 24 países a serem questionados por possível violação de direitos, com base na Convenção 98, sobre negociação coletiva. O país é denunciado pelas centrais sindicais. Para elas, qualquer alteração de leis deve passar por "ampla e transparente consulta às entidades mais representativas de empregadores e trabalhadores", o que não ocorreu, afirmam, no caso da Lei 13.467, de "reforma" trabalhista, aprovada em 2017.

A decisão de incluir o Brasil ocorreu hoje (11), no segundo dia da 108ª Conferência Internacional do Trabalho, na sede da OIT, em Genebra. O país já integrava uma lista preliminar, com 40 integrantes, feita pelos peritos da organização. Agora, está na short list, a lista curta, entre as prioridades de análise.

Em nota, as seis centrais formalmente reconhecidas "reafirmam o caráter cruel e desumano da reforma trabalhista que, ao contrário do que prometia, não gerou empregos decentes, mas apenas precarização laboral, fragilização das relações de trabalho, insegurança jurídica e um aprofundamento de uma crise que somente será superada com a geração de empregos decentes, que façam com que a classe trabalhadora possa voltar a aspirar uma vida melhor e não apenas sobreviver em trabalhos intermitentes, precarizados, insalubres e enriquecendo aqueles que apoiaram esta reforma com o objetivo único de reduzir custos no lombo do trabalhador e da trabalhadora". Assinam o documento CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT.

Representante dos empregadores na convenção, Alexandre Furlan, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que a "reforma" não afronta a Convenção 98, de acordo com relato do repórter Jamil Chade em seu blog no portal UOL. O empresário disse ver "viés mais político que técnico" na decisão.

Já o governo brasileiro, apesar da importância do evento, não mandou nenhum ministro. Segundo o jornalista, em carta, o Executivo afirmou que não violou nenhuma convenção e que tem uma legislação trabalhista "moderna". E disse que não aceitaria questionamento sobre "assuntos internos do Brasil, sem relação qualquer com assuntos trabalhistas". O país é membro fundador da OIT e assinou várias de suas convenções, inclusive a 98.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, participou de evento comemorativo dos 100 anos da OIT. Segundo ele, a organização "é o símbolo de uma visão de multilateralismo que vai além das relações entre os governos". "O multilateralismo é, cada vez mais, algo que todos os atores devem adotar a nível social, nacional e mundial", acrescentou, ao lado do diretor geral da OIT, Guy Ryder.

## Leia na íntegra a nota das centrais

A comissão de normas da OIT manteve o Brasil na lista de 24 países que mais violam convenções internacionais do trabalho, na manhã desta terça feira, 11 de junho. A inclusão se deu porque a reforma trabalhista aprovada no governo Temer violou a convenção 98, relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva, ratificada pelo Brasil, que, entre outros pressupostos, obriga os estados, ao modificar leis trabalhistas, a realizar processos de ampla e transparente consulta às entidades mais representativas de empregadores e trabalhadores, o que não ocorreu no processo de elaboração da reforma.

Desde o ano passado, quando o Brasil entrou na lista, e providências foram solicitadas ao governo brasileiro para a comprovação de que a reforma trabalhista não violou as convenções que são citadas na denúncia feita pelas centrais sindicais, o governo brasileiro, em vez de cumprir com as solicitações da OIT, se engajou em um processo de tentar deslegitimar a organização e seu sistema de controle, além de atacar as entidades sindicais brasileiras e a própria OIT.

O discurso feito pelo então ministro do trabalho Helton Yomura entrou para os anais da OIT como um dos mais vergonhosos capítulos da história desta organização.

As centrais brasileiras, presentes na 108ª Conferência Internacional do Trabalho, ano do centenário da organização, celebram a decisão tomada pela Comissão de Aplicação de Normas da OIT, e reafirmam o caráter cruel e desumano da reforma trabalhista que, ao contrário do que prometia, não gerou empregos decentes, mas apenas precarização laboral, fragilização das relações de trabalho, insegurança jurídica e um aprofundamento de uma crise que somente será superada com a geração de empregos decentes, que façam com que a classe trabalhadora possa voltar a aspirar uma vida melhor e não apenas sobreviver em trabalhos intermitentes, precarizados, insalubres e enriquecendo aqueles que apoiaram esta reforma com o objetivo único de reduzir custos no lombo do trabalhador e da trabalhadora.

Seguimos em luta para que cada trabalhadora e cada trabalhador possa se desenvolver em um trabalho seguro, devidamente remunerado, socialmente protegido e com plena liberdade, e que suas organizações sindicais sejam respeitadas e lhe seja assegurado amplo e eficiente diálogo social, nos moldes do que é estabelecido pela OIT em seus princípios fundacionais e em suas convenções e recomendações.




EXPEDIENTE: - Informativo do Sind Valores-DF - Sede Própria - SDS - Ed. Venâncio VI Bloco O salas 601/605
Telefone: 3224-5767 - Fax: 3223-1742 - Cep.: 70.393 - 905 - DF - e-mail: sindvalores@brturbo.com.br
Jornalista: Walkiria Simões - site: www.sindvalores.com.br